

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

ANÁLISE MORFOLÓGICA DO MORRO DA CONCEIÇÃO (RIO DE JANEIRO): INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA E CONSERVAÇÃO URBANA

SESSÃO TEMÁTICA: MORFOLOGIA URBANA

Catherine Jacqueline Suzanne GALLOIS
SE-IPHAN-RJ / PPGAU-UFF
cath.gallois@gmail.com
catherine.gallois@iphan.gov.br

ANÁLISE MORFOLÓGICA DO MORRO DA CONCEIÇÃO (RIO DE JANEIRO): INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA E CONSERVAÇÃO URBANA

RESUMO

O Morro da Conceição, uma das mais importantes ocupações históricas da área central do Rio de Janeiro, cuja ocupação remonta ao século XVII, situa-se junto à Praça Mauá, área recentemente renovada no âmbito do projeto "Porto Maravilha". A análise morfológica do Morro, feita à luz dos conceitos de Caniggia/Maffei (1995) parte da inquietação advinda da atuação profissional no âmbito da análise de processos de licenciamento em áreas de entorno de bens culturais tombados pelo IPHAN-RJ. Propõe uma reflexão sobre os critérios arquitetônicos e urbanísticos explícitos e implícitos nos instrumentos de proteção da área mostrando a grande relevância da morfologia urbana para o planejamento urbano e da conservação. A análise morfológica deveria ensejar os planejadores a avaliar os impactos de seus projetos nas preexistências (Vernez-Moudon, 2015). A análise do tecido urbano de uma área do Morro (Ladeira do João Homem) revelou que é possível realizar um estudo morfológico a partir das categorias analíticas dos precursores da morfologia urbana e apresentar questionamentos à forma reificada como se costuma abordar conjuntos urbanos protegidos pelo patrimônio. Fazer uso do método de leitura histórico-tipológica do ambiente nos permite, então, caminhar para mais além da leitura superficial dos "estilos" arquitetônicos, tirando partido da potencialidade da compreensão do processo tipológico do tecido urbano enquanto linguagem. Tal leitura possibilita dar conta da relação dialética transformação urbana/conservação e, também, pensar a conservação urbana na sua dimensão projetual. Trata-se de pensar morfologia urbana de áreas preservadas em seus aspectos mais fundantes, relacionados à sua evolução histórica e tipológica, bem como de avaliar os limites e potencialidades da teoria italiana, buscando caminhos para incorporá-la nas metodologias de elaboração de critérios de conservação urbana.

Palavras-chave: Morfologia urbana. Conservação urbana. Processo tipológico.

MORPHOLOGICAL ANALYSIS OF MORRO DA CONCEIÇÃO (RIO DE JANEIRO): INTERFACES BETWEEN MORPHOLOGY AND URBAN CONSERVATION

ABSTRACT

The Morro da Conceição, one of the most important historical occupations of central area of Rio de Janeiro, whose occupation dates back to the 17th century, is located at the Praça Mauá, newly renovated area within the framework of the project "Porto Maravilha". Morphological analysis of the hill, is made in the light of the concepts of Caniggia/Maffei (1995) and comes from the professional activity in licensing process analysis in surrounding areas of cultural property listed by IPHAN-RJ. Proposes a reflection on the explicit and implicit architectural and urban criteria protection instruments, showing the great importance of urban morphology for urban planning and conservation. The morphological analysis should lead planners to assess the impact of their projects on pre-existences (Vernez-Moudon, 2015). The analysis of the urban fabric of an area of the Morro da Conceição (Ladeira do João Homem) showed that it is possible to perform a morphological study from concepts of the pioneers of urban morphology and question how museificated are some historical sets. Making use of the historical-typological reading of the environment allows us to then walk beyond cursory reading of architectural "styles", taking advantage of the potentiality of understanding the typological process of the urban fabric as a language. Such reading makes possible to handle the dialectic relationship between conservation and urban transformation, and also think about design in urban conservation. We aimed to think about most important aspects of urban morphology in preserved areas, related to their historical evolution and typological, as well to evaluate the limits, and potentials of Italian theory, seeking ways to incorporate some notions in methodologies oriented for the elaboration of urban conservation criteria.

Keywords: Urban Morphology. Urban Conservation. Typological Process.

1. CONTEXTUALIZANDO O MORRO DA CONCEIÇÃO

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DA OCUPAÇÃO DO MORRO

A ocupação do Morro da Conceição, um dos remanescentes do período colonial, remonta ao século XVII, de quando datam a capela de Nossa Senhora da Conceição e a ladeira correspondente à atual Rua Major Daemon. Até o início do século XX, o Morro podia ser percebido facilmente por quem estivesse chegando de navio no porto do Rio de Janeiro (Figura 2).

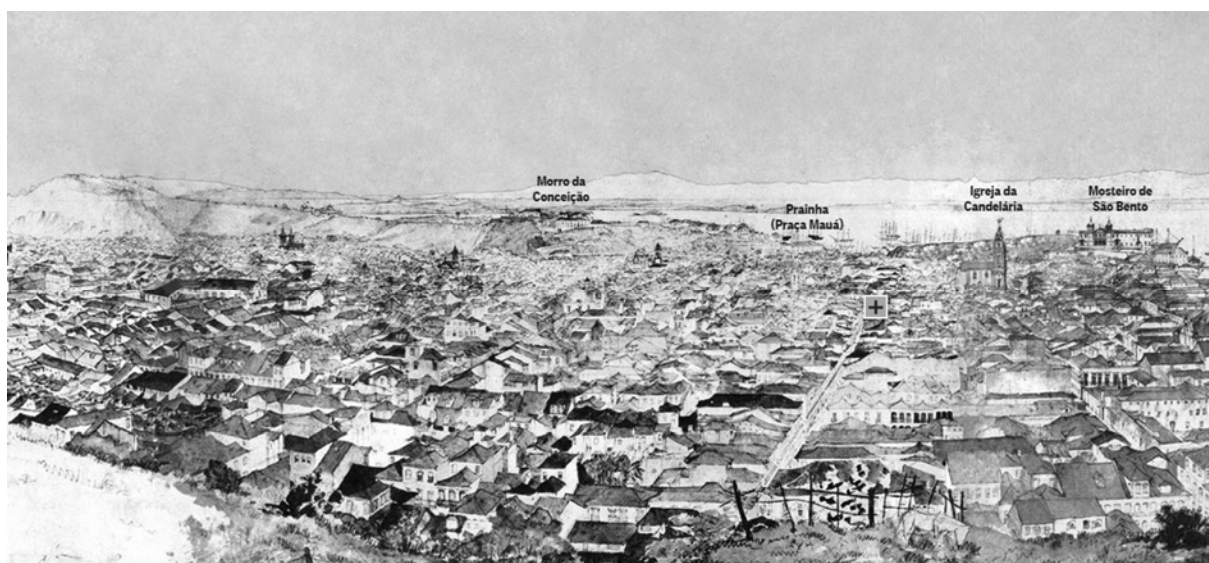


Figura 1 - Em 1825, William Burchell desenhou um panorama circular a partir do Morro do Castelo. Fonte: FAU-UFRJ. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.com/rio/castelo-360o.html>>



Figura 2 – Fotografia da Praça Mauá, tirada do navio *Massília* (Elisio Belchior), destacando-se o que se via do Morro da Conceição. Fonte: Cardoso et ali, 1987, pp.140-141.

A presente análise¹ parte de um trabalho anterior, intitulado "Cadê o Morro da Conceição"?, cujo objetivo foi exercitar a aplicação das categorias analíticas de Caniggia/Maffei (1995) num recorte espacial definido². A área da Ladeira do João Homem, compreendida entre as ruas do Acre e Sacadura Cabral (bairro da Saúde) foi escolhida por estar situada numa zona de intenso contato entre diversas temporalidades arquitetônicas e urbanísticas. Temos de um lado, o Morro, cuja ocupação é das mais antigas da cidade; de outro, circundantes ao Morro, áreas que se constituíram ao longo do século XIX e XX por meio de drásticas transformações do território³.

Vale destacar aquelas intervenções que mais afetaram a relação pré-existente do Morro com seu entorno. Uma delas foi a que "afastou" o Morro do mar, quando a praça da "Prainha" passou a dar lugar à Praça Mauá no início do século XX. Também nesta época, a Igreja de S. Francisco da Prainha, antes situada à beira do mar, passou a fazer frente à atual Rua Sacadura Cabral. No entanto, foi a construção do Edifício *A Noite* no final dos anos 1920 que marcou uma das mais drásticas rupturas da relação morfológica entre o Morro e o litoral (Figura 4). Se antes o acesso à Ladeira do João Homem também se situava frente ao mar, aproximadamente aonde se localizava anteriormente uma redução (prancha 8 - Figura 5), hoje, este acesso se encontra quase "escondido" na travessa do antigo Liceu Literário Português (Figura 3), obscurecida pelo O Edifício *A Noite* que dá as costas para o Morro (Figura 8).

¹ Esta análise contou com a valiosa orientação do Professor Dr. José Simões de Belmont Pessôa (PPGAU-UFF).

² O presente texto partiu de um trabalho realizado no âmbito da Disciplina *Morfologia Urbana* ministrada em 2015 pela Professora Dra. Thereza Cristina Couto Carvalho (PPGAU-UFF), intitulado "*Cadê o Morro da Conceição? Análise de alguns de seus aspectos morfológicos à luz dos conceitos de Caniggia*" (2016). Enfatizo e agradeço o empenho da Professora para que os alunos buscassem a aplicação *prática* das diferentes categorias analíticas das diferentes linhas de pensamento da morfologia urbana em recortes espaciais *concretos*.

³ Somente para citar algumas: aterros para dar lugar o porto da cidade (aonde hoje temos os armazéns do porto), abertura da Av. Rio Branco, Praça Mauá, construção do edifício *A Noite*, elevação de gabaritos nestas áreas circundantes ao Morro, e, mais recentemente, a reurbanização da Praça Mauá associada ao planejamento voltado aos grandes eventos e projetos (Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã).



Figura 3 – Fotografia do antigo Liceu Literário Português, em área hoje ocupada pelo Edifício *A Noite*, com destaque para a casa do João Homem, na ladeira do João Homem. Fonte: Castro, Cesar, 1989, p.29.

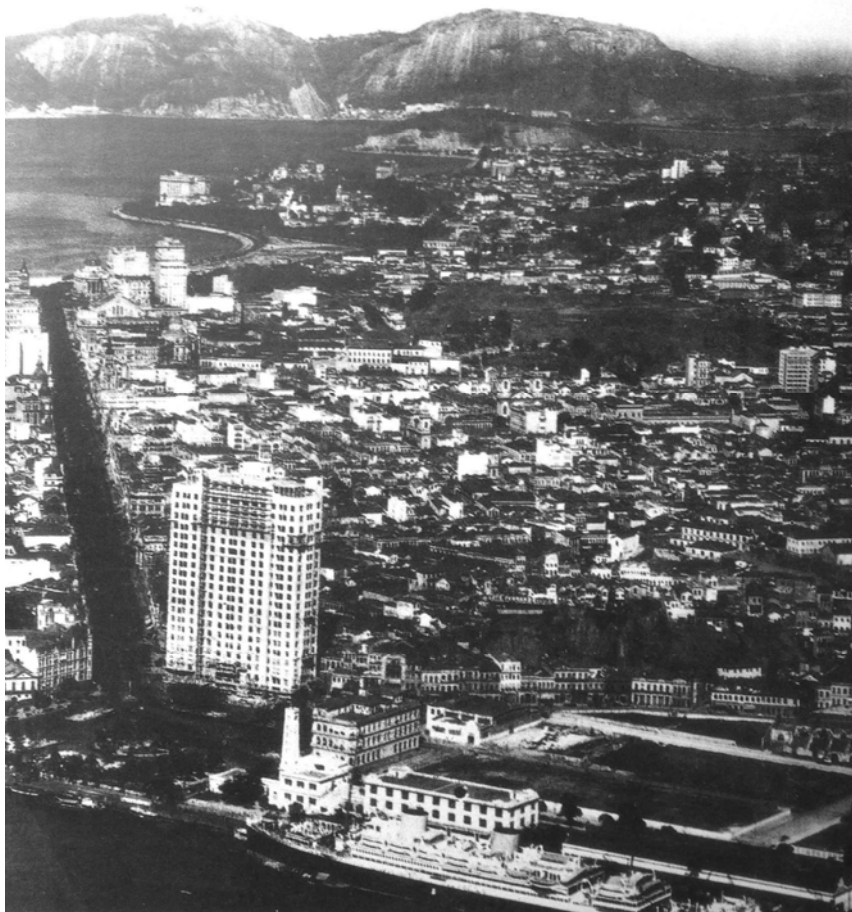


Figura 4 – Vista aérea do Rio de Janeiro na década de 1930. Vê-se a Esplanada do Castelo, a Av. Rio Branco, e o Edifício *A Noite* em destaque, de frente para a Praça Mauá. Fonte: Cardoso, 1987, p.129.

1.2. PRESERVAÇÃO DA AMBIÊNCIA DO MORRO DA CONCEIÇÃO E O CONCEITO DE “ENTORNO”

O processo de elaboração das primeiras legislações de preservação para a área não será objeto de análise, mas é muito importante mencionar que, entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, arquitetos do IPHAN no Rio de Janeiro (à época SPHAN) empreenderam detalhados levantamentos e estudos visando à preservação do Morro da Conceição e suas imediações. Na realidade, o seu objetivo inicial era demarcar áreas de entorno dos bens tombados pelo Iphan no Morro e nos arredores. No Morro, compreendiam: Palácio Episcopal, Fortaleza da Conceição⁴, Igreja São Francisco da Prainha, Conjunto e Jardins do Valongo; e fora dele: Palácio do Itamarati, Casa à rua Mayrink Veiga, Colégio Pedro II, Antiga Caixa de Amortização, Companhia Docas de Santos, Igreja de Santa Rita. A equipe técnica procurou, ao invés de demarcar “ilhas” de ambiência ao redor dos bens tombados no Morro da Conceição, integrar a preservação dos entornos destes bens “isolados”⁵ à preservação do ambiente do Morro como um todo.

A proposta pode ser considerada inovadora, posto que se tratou de uma proposta de “preservação sem tombamento” (Arnaut, 1984). Os estudos se basearam na premissa de que não era possível adotar um critério que os autores consideravam “purista”, isto é, de que não se deixaria de preservar a ambiência do Morro como um todo somente porque vários de seus imóveis já estivessem “descaracterizados” (Arnaut, 1984). Os autores do estudo tinham consciência de que se a preservação do Morro não fosse levada a cabo (e rapidamente)⁶, haveria grandes chances de que o Morro fosse ainda mais descaracterizado pelos empreendimentos urbanos em voga e pela especulação imobiliária.

A figura do “entorno”, ideia que abarca a preservação da “ambiência”⁷ e a historicidade dos contextos que envolvem os bens tombados” (Motta, Thompson, 2010, p.9) foi cunhada pelos técnicos do Iphan nas décadas de 1970, de forma a ampliar a compreensão do conceito de vizinhança do Decreto-Lei 25/1937. Tinham a finalidade de associar a “proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas

⁴ Vale ressaltar que a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal foram os principais indutores da ocupação do Morro.

⁵ A maior parte destes tombamentos é de 1938.

⁶ Aspecto importante a se considerar na análise da elaboração de normativas de proteção de entornos pelo IPHAN.

⁷ Sobre o significado de *ambiência* ver Motta, Thompson, 2010, p.20.

ambiências” (Ibid, p.44). Cabe ressaltar que o entorno se apresentava como um instrumento não somente protetor do bem tombado, mas, também, dos valores identificados nos ambientes nos quais se inseriam os bens tombados (Ibid, p.50).

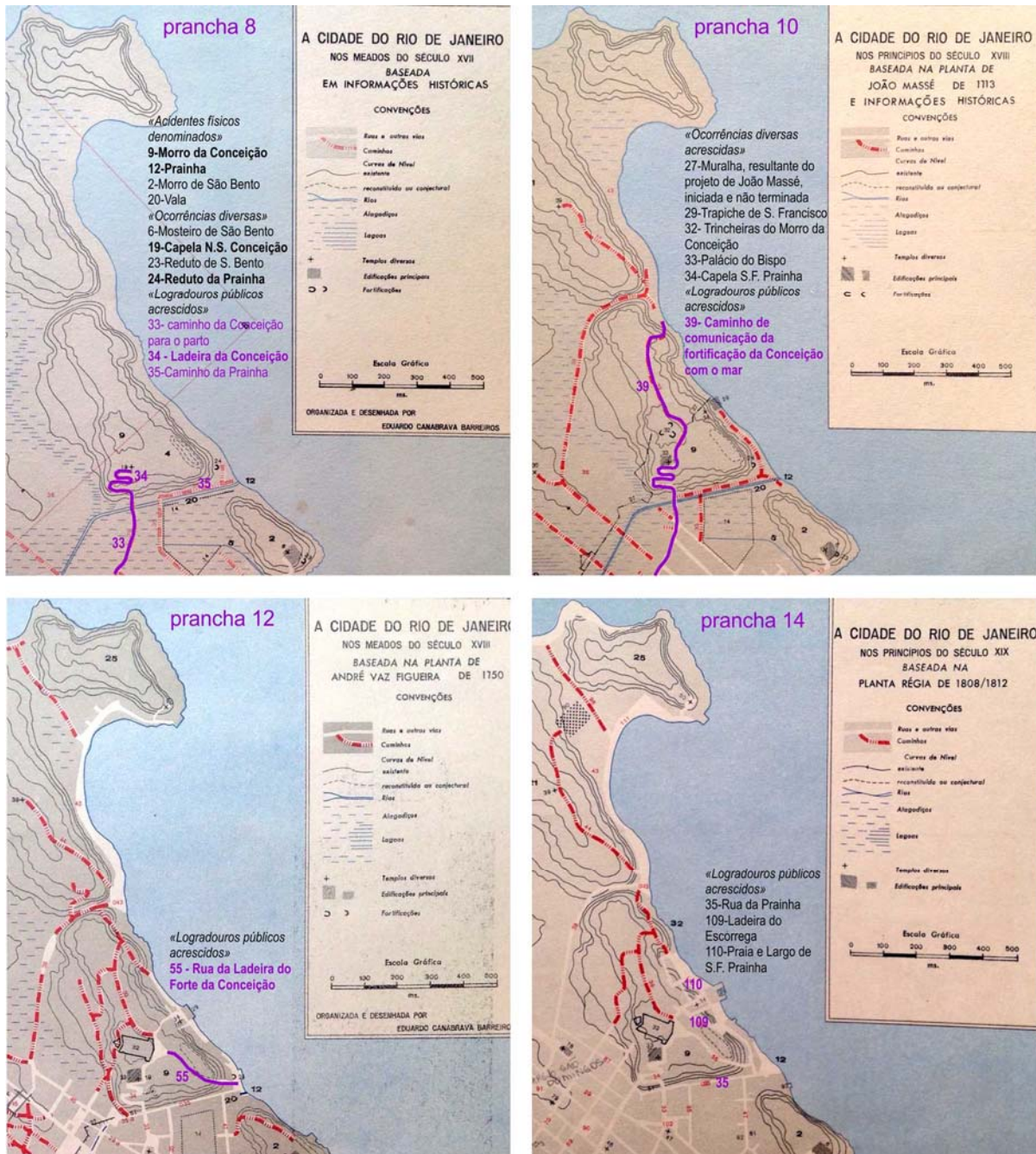


Figura 5 - Principais fases da evolução da ocupação do Morro da Conceição através do estudo dos mapas sistematizados por Canabrava. Fonte: Barreiros, 1965.

1.3 UMA PRIMEIRA ABORDAGEM DA LADEIRA JOÃO HOMEM

A escolha da Ladeira como recorte espacial para o presente trabalho se destaca por ser ela um dos percursos-matriz do Morro da Conceição. O primeiro destes percursos foi a Ladeira da Conceição que surgiu em meados do século XVII (prancha 8 da Figura 5), hoje Rua Major Daemon. Em seguida, nos princípios do século XVIII, surge o percurso-matriz que deu origem à Rua do Jogo da Bola (antigo caminho de comunicação da fortificação da Conceição com o mar – prancha 10 da Figura 5). E, posteriormente, em meados do século XVIII, surge a Rua da Ladeira do Forte, a atual Ladeira do João Homem (prancha 12 da Figura 5). Este recorte espacial também possibilita o debate de aspectos aparentemente dificilmente conciliáveis: a preservação da ambiência e a inserção de novos edifícios no tecido urbano (vide tópico adiante em que iremos analisar um projeto de intervenção).

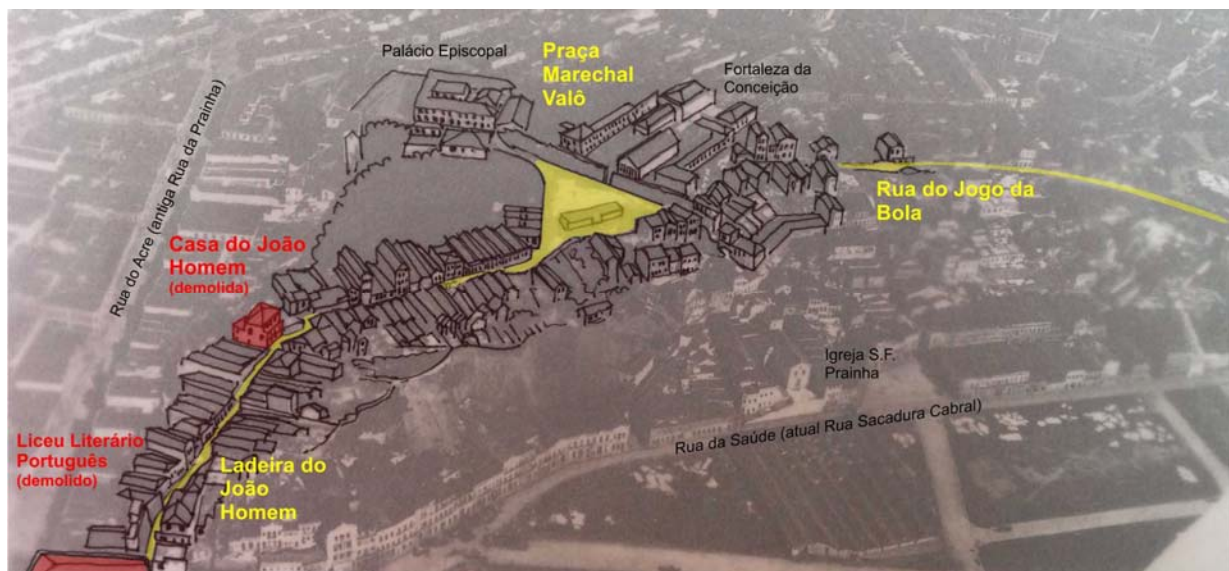


Figura 6 – Vista aérea do Morro da Conceição entre 1916-1923 com destaque para o tecido urbano da Ladeira do João Homem, Liceu Literário Português, Casa do João Homem, Praça Marechal Valô e Rua do Jogo da Bola. Autor: elaboração própria sobre fotografia. Fonte: Vianna, 2001, p.31.



Figura 7 - Rua do Acre, fachada posterior do Edifício A Noite. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.



Figura 8 - Acesso à Ladeira João Homem pelas escadarias na Travessa do Liceu. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.

2. O MÉTODO DE CANIGGIA E SUAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

A premissa fundamental dos autores está fundada na compreensão da “organicidade de realidade”, que eles consideram ser válida tanto para a realidade urbana “espontânea” quanto para aquela “planejada” (Caniggia/Maffei, 1995, p.184). Os autores nos auxiliam a ler a cidade como produto humano coletivo, fruto da “consciência espontânea”, e, ao mesmo tempo como “organismo”, do qual destacam as relações entre as partes, de complementaridade e de coexistência. É importante ressaltar, para a argumentação que desenvolvemos aqui, o valor da noção de “consciência espontânea”, herdada culturalmente, como autora da produção coletiva do espaço, ligada aos modos de conceber, construir e usar o espaço em uma determinada “área cultural” (Caniggia/Maffei, 1995, pp.24,26). Autores como Gauthier (2005) colocam em xeque a noção de “organicidade”, que seria mais adaptada, segundo ele, aos núcleos históricos europeus. No entanto, no caso do Morro da Conceição (mas não de sua relação com um entorno territorial maior), acreditamos que esta categoria de organicidade ainda se aplique em sua escala de “organismo urbano de assentamento” (ver definição mais adiante).

Os autores italianos se defendem de antemão das possíveis críticas (evolucionistas, deterministas) e deixam claro que, no processo de análise científica do ambiente antrópico, não é possível encontrar realidades que correspondam *exatamente* às leis de formação e transformação de um dado “processo tipológico do ambiente” (Caniggia/Maffei, 1995, p.184). O processo tipológico é a categoria central na teoria dos autores italianos e se define por ser a análise (a posteriori) da “*sucessão de tipos no tempo em uma mesma área cultural (mudanças diacrônicas⁸) ou em distintas áreas culturais num mesmo marco temporal (mudanças diatópicas⁹)*” (Caniggia/Maffei, 1995, p.33).

É fundamental, então, o reconhecimento das “*derivações como progressivas distinções de uma lei geral em uma espessa rede de particularidades*” (p. 184). Portanto, ao aplicar os conceitos da escola italiana de morfologia em núcleos históricos brasileiros, é sempre necessária uma prévia discussão¹⁰ sobre aspectos metodológicos. Também devem ser

⁸ Análise de fatos na sucessão no tempo/ em evolução.

⁹ Relativo à distribuição geográfica.

¹⁰ Ver Pereira Costa (2015).

pensados os limites de sua aplicação na análise urbana em contextos latino-americanos¹¹. Cabe destacar que há diversos autores que fizeram uma apropriação crítica ¹² da metodologia de Caniggia, propondo que esta fosse revalorizada e ao mesmo tempo complementada com outros métodos, tendo em vista que o “motor” do processo tipológico são as demandas sociais e não os objetos *em si*.

Para Caniggia/Maffei (1995, p.20), as motivações do processo tipológico “não devem ser tomadas de outras ciências particulares, mas, surgir da própria edificação”. Não há como concordarmos com esta afirmação em tempos de revisão das abordagens positivistas e “coloniais” nos estudos de arquitetura e urbanismo. Desta forma, consideramos muito fecunda a perspectiva de Gauthier (2005), que propõe que a morfologia baseada na teoria de Caniggia/Maffei (1995) seja complementada e compatibilizada com a praxeologia, a ciência das práticas sociais formulada e cunhada por Bourdieu. Gauthier propõe então inserir as práticas sociais como um outro canal de investigação, de modo a conseguir ver de que maneira “conhecimento e hábitos sociais se cristalizam nos objetos” (Gauthier, 2005, p.90).

Na presente análise, iremos nos ater à reflexão sobre as correspondências entre aspectos do recorte espacial escolhido e duas das categorias analíticas propostas por Caniggia/Maffei (1995). Já a reflexão sobre os critérios de preservação desenvolvida mais adiante fará menção à necessidade de se inserir a variável sociológica na leitura morfológica e, evidentemente, no campo da conservação urbana.

As principais categorias analíticas correspondem às quatro escalas da “*leitura histórico-tipológica do ambiente*”. São escalas “*coincidentes com os quatro momentos-fase de compreensão progressiva do ambiente antrópico*” e compreendem:

- Edifícios como determinação de tipos de edificação aonde Tipo é uma “*pré-projeção do que será o objeto realizado*” (Caniggia/Maffei, 1995, p. 28)¹³; “*conceito vigente do objeto realizado*” (ex. conceito de casa); ou, ainda, “*codificação coletiva*” (segundo Gauthier, 2005, p.84);

- Aglomerações-tecidos: “*Aglomerações como determinação de tecidos típicos*”

¹¹ Uma aplicação que não deixa de ser também, e sempre, uma das possíveis interpretações da teoria.

¹² Vide Gauthier (2005).

¹³ Tradução livre nossa para todas as citações de Caniggia/Maffei (1995).

(Caniggia/Maffei, 1995, p.20); “*Maneira como os edifícios aglomeram em copresença recíproca*” (Caniggia/Maffei, 1995);

- Organismo urbano de assentamento: “*Condicionamento recíproco em um papel de posição individual*”; “*organismo de assentamento urbano como determinação de conexões típicas entre aglomerações*” (Caniggia/Maffei, 1995, p.20);
- Organismo territorial: “*Organização territorial como determinação de conexões típicas entre organismos de assentamento e organismos urbanos com organismos viários e produtivos*” (Caniggia/Maffei, 1995, p.20).

Em nossa opinião, a análise de qualquer espaço construído torna-se muito mais interessante quanto se baseia na ideia do **tipo** como **conceito** de edificação, pois, assim, trata não só do ambiente físico quanto da lógica do pensamento e concepção sobre a organização espacial de um determinado grupo humano, seja ele qual for (Rapoport, 1994). O que os autores italianos nos trazem também é a possibilidade de se fazer analogias entre edifício e cidade para compreender melhor como cada um de seus elementos forma um conjunto, seja qual for a escala. No campo do restauro e da conservação, sabemos bem que o edifício corresponde a um verdadeiro organismo. Na escala urbana, também, conforme expõem os autores nesta sistematização (Caniggia/Maffei, 1995, p.43):

	EDIFÍCIO	CIDADE
ELEMENTOS	Ladrilhos, vigas, etc.	Edifício
ESTRUTURA (associação de elementos)	Paredes, teto, etc.	Tecidos
SISTEMAS DE ESTRUTURAS	Cômodos, escadas, etc.	Quadras, bairros
“ORGANISMO DE SISTEMAS”	>> Edifício	>> Cidade

3. ANÁLISE MORFOLÓGICA DA LADEIRA DO JOÃO HOMEM

Ao fazermos a superposição e comparação de bases cadastrais de diferentes épocas, tomando como base uma planta da cidade de finais do século XIX (Figura 11) pudemos constatar que o parcelamento dos lotes na ladeira João Homem basicamente não se alterou até os dias de hoje, mantendo-se a ocupação nos característicos lotes estreitos e fundos.

É importante observar que o antigo revelim do Forte do Morro da Conceição "moldou" a forma triangular da Praça Marechal Valô, que pode ser caracterizada como um dos "nós" (Caniggia/Maffei, 1995) da Ladeira do João Homem (Figura 10). Ou outro "nó" se configura

pelo acesso à ladeira pela escadaria na sua parte mais baixa junto à Travessa do Liceu (Figuras 8 e 9).

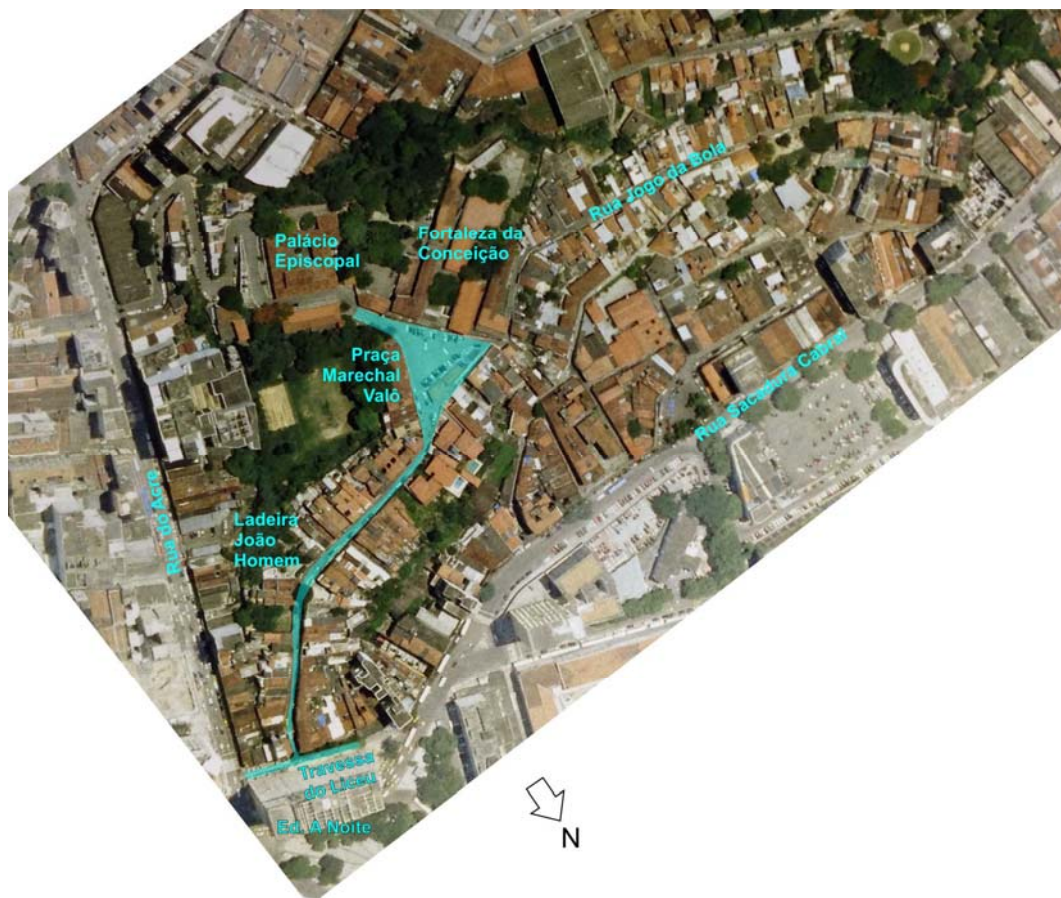


Figura 9 - Morro da Conceição em ortofoto de 2007, com destaque para os itens mencionados. Fonte: IPHAN-RJ/UNA, 2010, Arquivo SE/IPHAN-RJ.

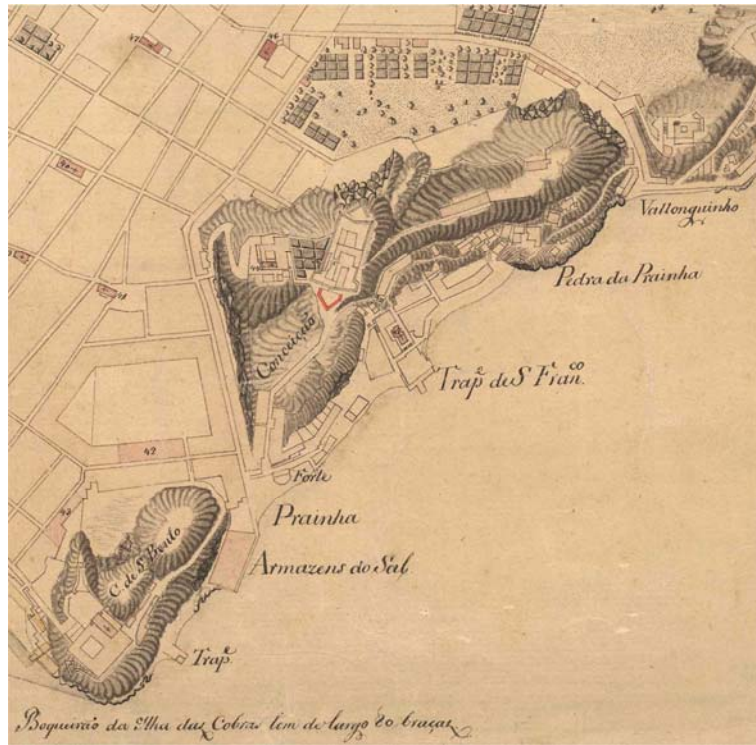


Figura 10 - Detalhe do Plano da Cidade do Rio de Janeiro - 1791. Observar indicação do revelim da fortaleza aonde é hoje a Praça Marechal Valô. Fonte: Biblioteca Nacional.



Figura 11 – Bases cadastrais de diversas épocas com destaque para a Ladeira do João Homem. Mapa A: Plan of the city of Rio de Janeiro, ano: 1871, Fonte: BNDigital; Mapa B: Planta da cidade do Rio de Janeiro, ano: 1935. Autor: Secretaria de Viação, Trabalho e Obras Públicas, Fonte: Biblioteca Nacional; Mapa C: Planta cadastral (restituição fotogramétrica 1:2000), Autor/Fonte: IPP/SMU/PCRJ, ano: 2000; D: Ortofoto de 2007, Autor:IPP, Fonte: Iphan/Una, 2010, Arquivo SE/IPHAN-RJ.

As duas primeiras categorias (*tipo de edificação* e *aglomerações-tecido*) são aquelas que se aplicam ao estudo morfológico do tecido urbano que conforma e é conformado pela ladeira do João Homem. A maior parte de suas edificações podem ser lidas enquanto integrantes de um *tecido-urbano de base*. Na análise do tecido urbano da ladeira do João Homem, no Morro da Conceição, encontramos diversos exemplares das derivações dos diferentes *edifícios-tipos* que a ladeira contém (Figuras 12 e 13).

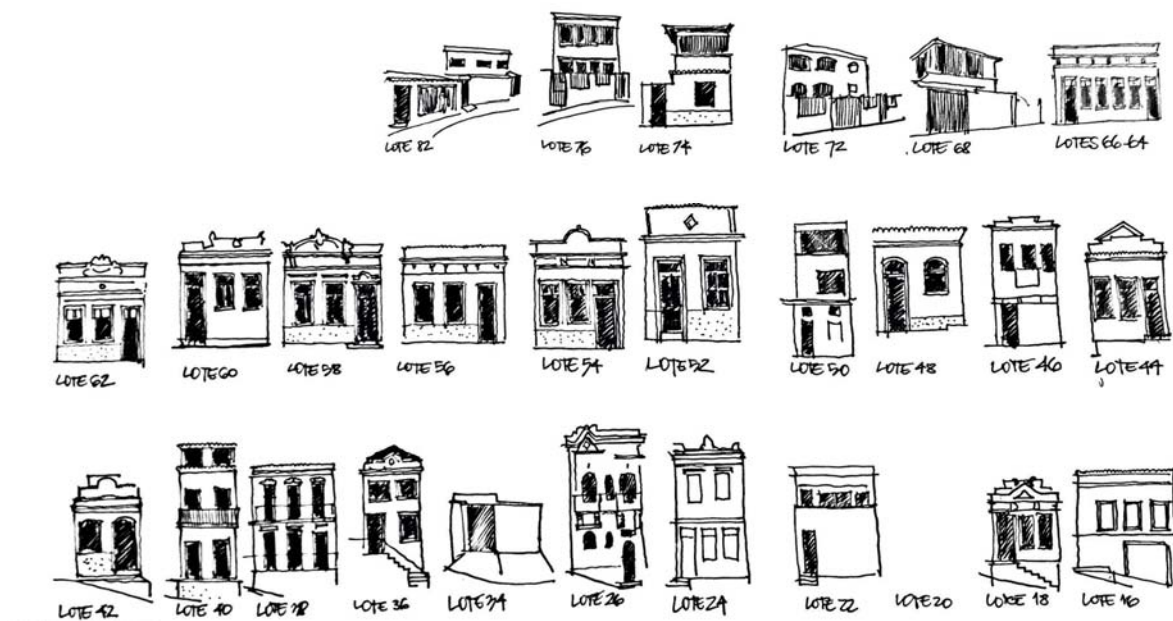


Figura 12 – Fachadas da Ladeira João Homem – lado par. Autor/Fonte: Elaboração própria (2016) com base nas fichas de Iphan/Una,2010 (Arquivo SE/IPHAN-RJ).

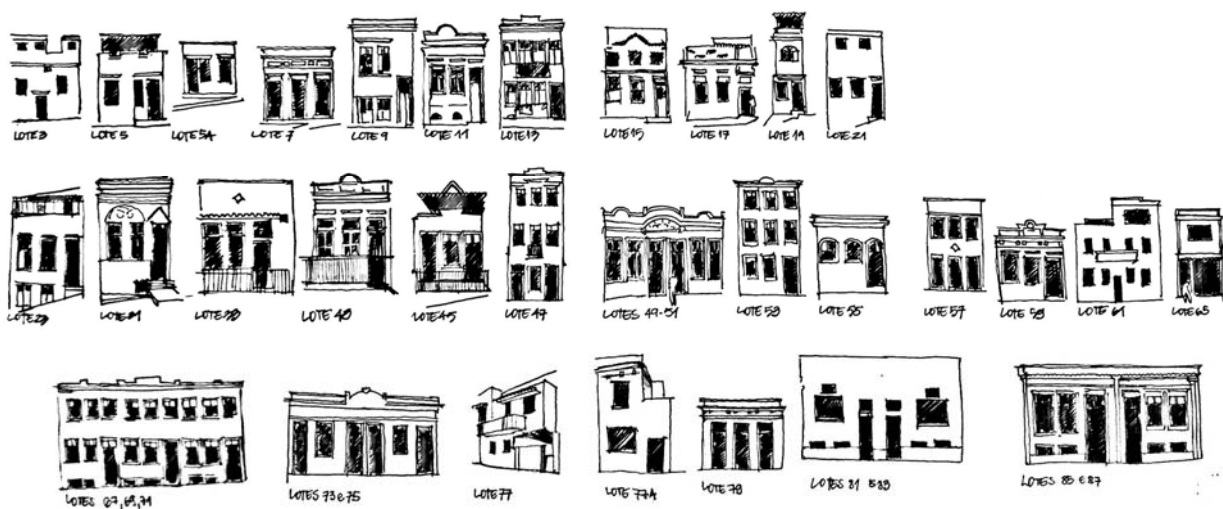


Figura 13 – Fachadas da Ladeira João Homem – lado ímpar. Autor/Fonte: Elaboração própria (2016) com base nas fichas de Iphan/Una,2010. (Arquivo SE/IPHAN-RJ).



Figura14 – Casa como derivação do Tipo base/Matriz (Ladeira João Homem). Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.

Consideramos que a casa da figura 14 é a que melhor se aproxima do que seria a matriz das *edificações de base* da ladeira. Para analisar mais detidamente o processo tipológico do tecido urbano da ladeira, teríamos que ter acesso às plantas de cada edificação e analisar o conjunto dessas plantas baixas (alterações, modificações), em correlação com pesquisa iconográfica de época e as plantas cadastrais de diferentes períodos. Na presente análise, nos detivemos às plantas cadastrais disponíveis (Figuras 11 e 15), e à análise das fachadas das edificações tal como se nos apresentam hoje, compostas em sua maioria por fachadas estreitas de sobrados, com três vãos em média.

Uma das questões que os autores italianos colocam quanto à relação entre a cidade oriunda de um "planejamento espontâneo" (Caniggia/Maffei, 1995, p.18) e a cidade produzida pelos "individualismos" pode ser ilustrada ao verificarmos, nos perfis da ladeira (Figura 16 e perfil inferior rebatido na Figura 17-A), que existem "tipos especializados" de habitação multifamiliar em linha inseridos no trecho mais baixo da Ladeira, junto à escadaria / travessa do Liceu (Figura 16). Tais edificações, que devem ter sido construídas entre os anos 1930-60 (Figura 15), se assentam sobre lotes que, conforme se observa nos primeiros registros em plantas cadastrais (Mapa A da Figura 11) já se configuravam maiores que a maioria dos lotes estreitos da ladeira. Depreende-se que se trata, de certa forma, da ocorrência de uma peculiaridade linguística já na gênese do processo tipológico do tecido urbano da ladeira.

Esta inserção de edifícios multifamiliares não retirou o valor “ambiental” de conjunto da ladeira. Esta parece ter sido uma leitura semelhante àquela que a equipe do SPHAN nos anos 80 fez do Morro da Conceição¹⁴.

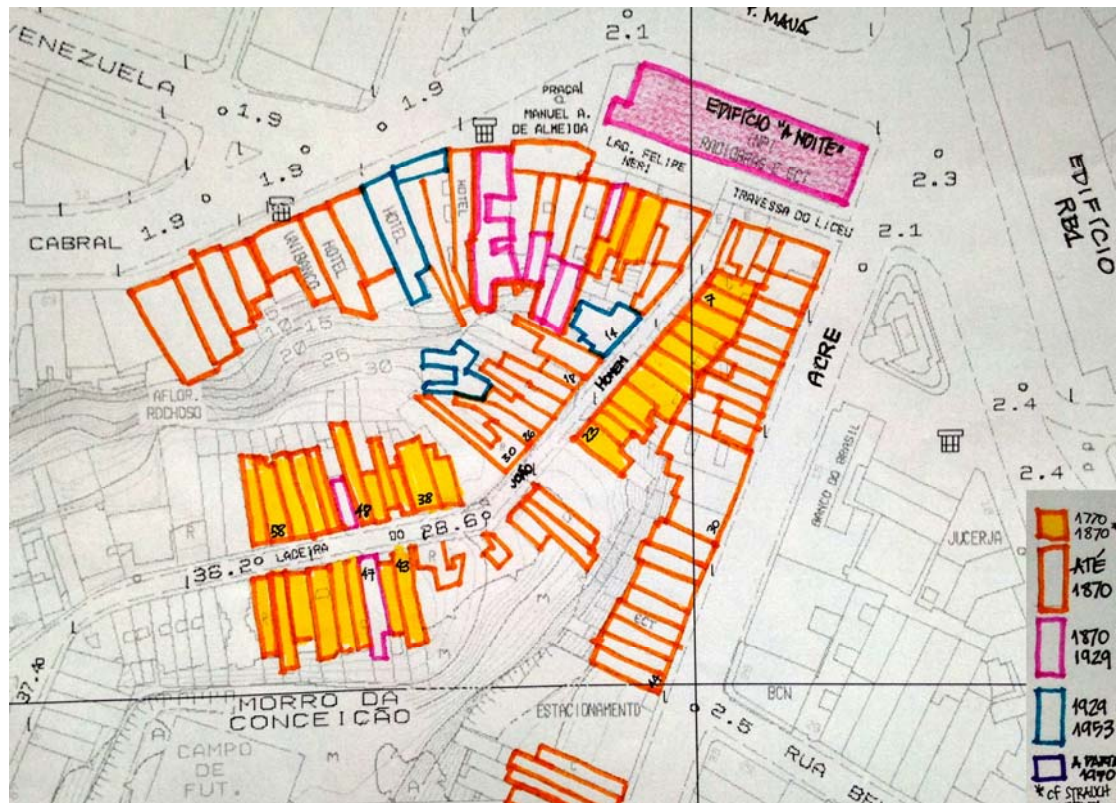


Figura 15 - Evolução da superfície edificada na área estudada – Ladeira João Homem, Rua do Acre e Rua Sacadura Cabral. Fonte: Elaboração própria (2016) a partir de Sigaud (2000) e Arruda, 2001.



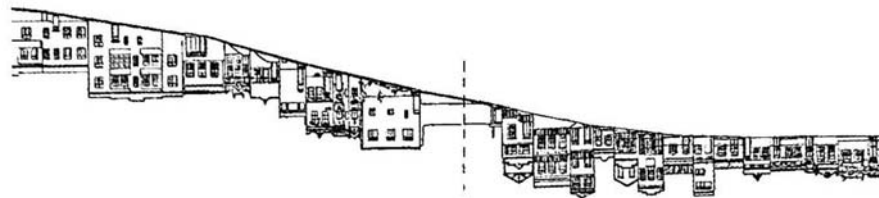
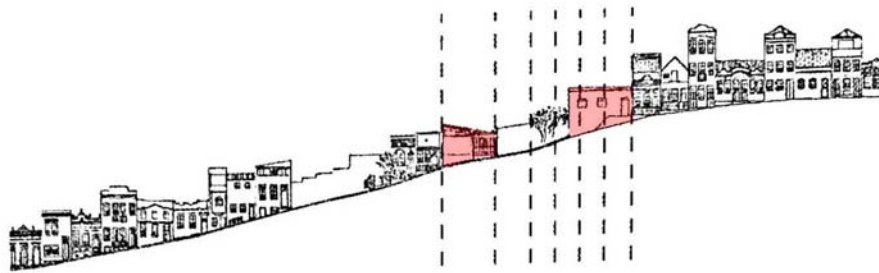
¹⁴ Embora a escola italiana de morfologia não fosse uma referência naquele momento.

4. ANÁLISE DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO NA LADEIRA DO JOÃO HOMEM

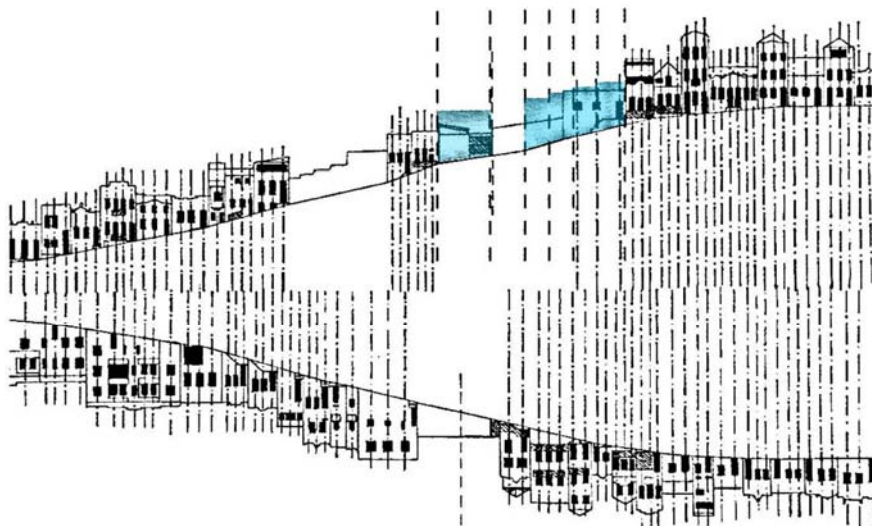
Tendo em vista que Caniggia divide seu método em duas partes: uma primeira, dedicada à leitura do ambiente através de sua formação, e uma segunda, dedicada à *re-projeção* de ambientes urbanos com base nesta leitura, cabe aqui uma breve análise de uma intervenção arquitetônica contemporânea na Ladeira. Trata-se de um projeto de habitação multifamiliar composto por dois conjuntos de edifícios em dois lotes adjacentes (35 e 41). Foi desenvolvido pelo PNA/SMH¹⁵ entre 1999/2000 e aprovado pela SE/IPHAN-RJ em 2001.

Por *re-projeção* Caniggia entende "determinação intencionada do processo tipológico", de modo que consideramos ser interessante fazer uma análise dos critérios usados neste projeto para verificar em que grau operam com as categorias analíticas de Caniggia. Nossa hipótese é de que o projeto se implantou cuidadosamente no tecido urbano: respeitou volumetria em linhas gerais e alturas máximas permitidas e, portanto foi aprovado. Porém, no caso daquele que teve obra executada (Figuras 19 e 20), observamos que se introduziu um elemento arquitetônico que se configura como um "tipo especializado" de habitação que se diferencia dos "tipos-base" de edificação que conformam a maior extensão do tecido urbano da ladeira (casas projetadas para uso residencial unifamiliar, em sua maioria). Portanto, esta já é uma particularidade do exercício de re-projeção de tecido urbano.

¹⁵ PNA/SMH: Programa Novas Alternativas / Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro.



A Perfil da rua – lado par e lado ímpar rebatidos.



B Análise do perfil: cheios/vazios e ritmo dos vãos de fachada.



C Inserção da fachada proposta no perfil.

Figura 17 – Estudo de perfis da ladeira. Autor: Archi 5 Arquitetos Associados. In:SMH, 2003, p.108.



Figura 18 – Análise da implantação do PNA/SMH na Ladeira do João Homem sobre plantas cadastrais. (Fontes de A, B, C, D: ver Figura 11). E e F: Projeto PNA/SMH aprovado (Fonte: Arquivo SE/IPHAN-RJ).



Figura 19 – Edifício residencial do PNH/SMH construído nº 35, Ladeira João Homem (primeiro plano, à direita). Observar que os lotes 35 e 41 se situam em curva. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.



Figura 20 - Projeto de edifício residencial multifamiliar, Ladeira João Homem, 35, obra executada. Autor: Archi 5 Arquitetos Associados-PNA/SMH. Fonte: Arquivo SE/IPHAN-RJ.

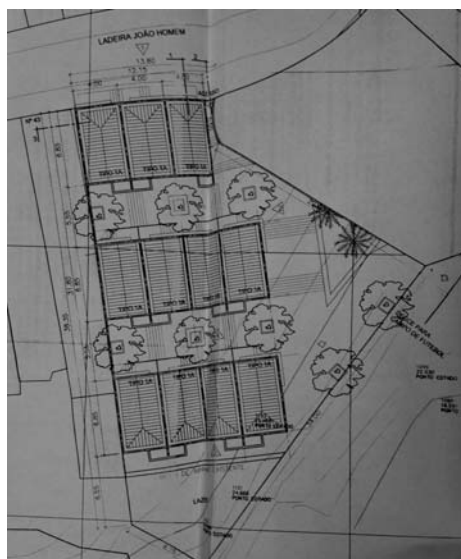


Figura 21 - Projeto de edifício residencial multifamiliar, Ladeira João Homem, 41, obra não executada. Autor: Archi 5 Arquitetos Associados-PNA/SMH. Fonte: Arquivo SE/IPHAN-RJ.

Levando-se em consideração a natureza do projeto (edifício de habitação multifamiliar, concepção e organização do espaço, distribuição das unidades e circulação) e a sua composição arquitetônica, tratar-se-ia, então, nos termos de Caniggia/Maffei de uma inserção sincrônica¹⁶ de um novo tipo de edificação de “casas em linha” que se diferencia das casas em fileira que conformam a unidade tipológica da ladeira.

Embora o projeto tenha estudado os ritmos de composição (perfis) das fachadas em representação gráfica da elevação da ladeira (Figura 17-C), pudemos observar que no terreno do projeto, este se apropriou dos vestígios de uma modularidade pré-existente (Figura 17-B), fazendo com que os ritmos de composição das fachadas dos novos edifícios (Figura 17-C) permaneçam relativamente distintos do ritmo do restante da ladeira. Já em planta (Figura 21), constata-se que, no projeto do edifício número 41 (obra não realizada), a implantação e os afastamentos frontais e laterais se distinguem bastante da lógica de composição do restante do tecido urbano (Figura 18 – A, C e E).

Estas diferenças observadas entre um novo projeto de habitação multifamiliar e o tecido pré-existente, apesar da inserção respeitar altura máxima prevista pela legislação de proteção do Iphan, mostram como é muito difícil (ou inviável), num projeto de arquitetura contemporânea que atende a demandas sociais novas, reproduzir *ipsis litteris* as características tipológicas de tecidos pré-existentes. Entretanto, há que se observar que, no lote de número 35, a casa que ali existia anteriormente (a casa do João Homem), também se distinguia do tipo-base da maior parte do tecido (casas térreas ou sobrados em fileira), conforme se pode ver nas Figuras 2, 3, e 6. Neste sentido, a obra construída (nº 35 da Ladeira) pode ser lida como uma derivação tipológica de um tipo pré-existente naquele mesmo lote (sobrado, edificação "especializada" para ser a residência do João Homem, se comparada com as demais, edificação de base).

Portanto, podemos inferir que há dificuldades razoáveis em se re-projetar o tecido dentro de uma visão estrita de leitura de processos tipológicos de tecidos urbanos pré-existentes e, ao mesmo tempo, atender às necessidades projetuais contemporâneas. Projetos de habitação coletiva no nosso século são de outras dimensões e necessidades e os tecidos urbanos de sítios históricos devem ser compreendidos em sua dinâmica de transformação. Portanto, recriar um estado “original” de um dado tecido urbano não deveria ser uma finalidade a nortear parâmetros de conservação urbana em entornos ou sítios históricos. De outro lado,

¹⁶Construções sincrônicas são aquelas encontradas em áreas vazias, que se ajustam ao tipo edificado pré-existente, feitas com ajustes que atendem ao tecido urbano.(Pereira Costa, 2015, p.5).

percebemos claramente que “congelar” os tecidos no momento de sua patrimonialização seria outra grande contradição, quanto partimos do método de leitura de Caniggia/Maffei.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS E CRITÉRIOS DE CONSERVAÇÃO

Nesta seção, iremos discutir as possibilidades de operacionalização dos conceitos do método de Caniggia/Maffei (1995) no campo da conservação urbana. Partimos do pressuposto de que criar critérios de conservação urbana equivale, de certa forma, a projetar a composição arquitetônica/urbana de ambientes potencialmente “patrimonializáveis” ou já protegidos. Vamos sublinhar a importância da categoria *ambiente* para Caniggia/Maffei (1995): é “produto de uma coletividade operante no tempo” (p.19). O fundamento teórico da leitura dos “espaços antrópicos” se dá, portanto, através da compreensão e leitura da *formação* (morfogênese) do ambiente. Portanto, a construção do ambiente é determinação ao mesmo tempo espacial e temporal. E o *processo tipológico* consiste para Caniggia/Maffei na chave de leitura dos códigos de uma área cultural. O que nos leva a pensar que são necessárias reflexões de âmbito maior sobre o que revelam, então, as leituras destes ambientes no momento de sua escolha e da delimitação de áreas de proteção¹⁷.

Acreditamos que todo trabalho técnico, como aqueles de exaustivos levantamentos (vide o mais recente levantamento do Morro da Conceição¹⁸) poderia ser posteriormente enriquecido e potencializado se complementado com trabalho analítico e de reflexão, produzido e debatido dentro da instituição. Tais debates teriam como objetivo compreender melhor os sentidos e limites dos critérios vigentes e usuais de preservação de tecidos urbanos de sítios protegidos (conjuntos tombados ou em áreas de entorno).

Portanto, esta reflexão à luz da teoria de Caniggia/Maffei nos leva à constatação que se faz necessária uma desnaturalização de alguns pressupostos do “jargão” da conservação. Por exemplo: como definir o que está, ou não, “preservado”/“conservado”. Com base em quais premissas se avalia o “estado de preservação” das edificações que integram um conjunto urbano? E quais relativizações podem ser feitas com relação ao termo “descaracterização”, tendo em vista um processo “natural” de transformação urbana, mesmo em áreas protegidas

¹⁷ Poderá ser objeto de posterior análise.

¹⁸ Iphan/Una Arquitetura Ltda., 2010.

pelo patrimônio? A própria história da preservação no Brasil já sinalizou as mudanças de paradigmas nos anos 80-90 do século XX e muitos trabalhos criticam exaustivamente a preservação de áreas urbanas como se fossem museus a céu aberto (Pessôa, 2004).

Por outro lado, não podemos desembocar na negação de critérios para conservação urbana. Temos que perseguir ferramentas conceituais que nos ajudem a planejar a conservação do patrimônio urbano de forma dialogada com uma cidade em permanente transformação, como demonstra o próprio processo tipológico. É aqui que reside a grande contribuição dos autores italianos: suas categorias analíticas podem nos ajudar a voltar a ler a cidade através do tempo e não só através de sua aparência atual. O par “original”/“descaracterizado” sempre envolve juízos de valor. Além do mais, critérios estéticos e estilísticos não dão conta de uma leitura histórico-tipológica do ambiente como se percebe claramente na teoria de Caniggia/Maffei.

De acordo com o Art.5º da Portaria Iphan 135/2013 (critérios para intervenção no Morro da Conceição), “*as novas edificações deverão observar os alinhamentos na testada do lote, conforme existentes*”, o que afirma a importância do respeito do alinhamento na preservação da forma urbana. O artigo 6º da referida Portaria¹⁹ relaciona de modo um pouco vago, ao nosso ver, as noções de “linguagem arquitetônica contemporânea” e “feição tradicional do ambiente”, se levarmos em consideração o que foi exposto até o momento. Os artigos 6º e 8º focam na composição arquitetônica unitária de cada edifício, especialmente em suas fachadas, quando na realidade o âmbito da proteção é da ambiência sustentada por um tecido urbano. E novamente, no artigo 8º²⁰, cita-se a “feição tradicional do ambiente”, sem definir, no entanto, o que se entende por “tradicional” como atributo de ambiente.

Desta forma, pensar nos critérios de preservação de forma balizada por categorias analíticas da morfologia urbana pode trazer à tona questões e aspectos metodológicos sobre os quais usualmente não pensamos. O primeiro passo talvez fosse “desnaturalizar” os mapas que são, no mínimo, representações planas e parciais²¹ (ver um exemplo na Figura

¹⁹ “Art. 6º. Quando da inserção de nova edificação em quadra formada pelo conjunto de imóveis preservados pelo Decreto Municipal nº 7.351 de 14 de janeiro de 1988, a composição da fachada deverá através de uma linguagem arquitetônica contemporânea observar as proporções, as relações de cheios e vazios e os materiais de revestimento dos imóveis preservados buscando harmonizar-se com a feição tradicional do ambiente” (Iphan, 2013).

²⁰ “Art. 8º Nas reformas e adaptações a novos usos, levar-se-á em conta o interesse principal da preservação da feição tradicional do ambiente, devendo-se evitar intervenções que venham descaracterizar as aberturas e outros elementos arquitetônicos da fachada” (Iphan, 2013).

²¹ Mapas de gabarito, mapas de volumetria, etc. Talvez estivesse no momento das instituições de preservação se utilizarem de tecnologias gráficas mais atualizadas. Destaco a referência de Vernez-Moudon às potencialidades dos sistemas GIS (2005).

22). Tendo em vista o exposto aqui, é certo afirmar que não podemos ler a forma urbana *através* deles. Devemos ler a forma urbana *antes* de chegar a eles.

Outra questão que se coloca, em nossa interpretação da teoria de Caniggia/Maffei é sobre a oposição “regular”/“irregular”? Nas Figuras 24 e 25, o acréscimo vertical pode ser considerado como irregular nos termos da portaria em vigor. Porém, nossa reflexão é que poderia se tratar também de uma “*variante sincrônica do tipo vigente*” se entendida como “*síntese entre o novo tipo de edificação e os condicionamentos impostos (...) por sua localização espaço-temporal*” (Caniggia/Maffei, 1995, p.183). Portanto, este exemplo mostra claramente que, por trás de aparências distintas de um “original”/“adequado”/“tradicional”, sobre a qual tecemos juízo de valor, há uma concepção de casa posta em prática por uma demanda social²². Para Caniggia/Maffei, não existem as casas “originárias”, pois tudo se transforma, sempre (como as línguas).

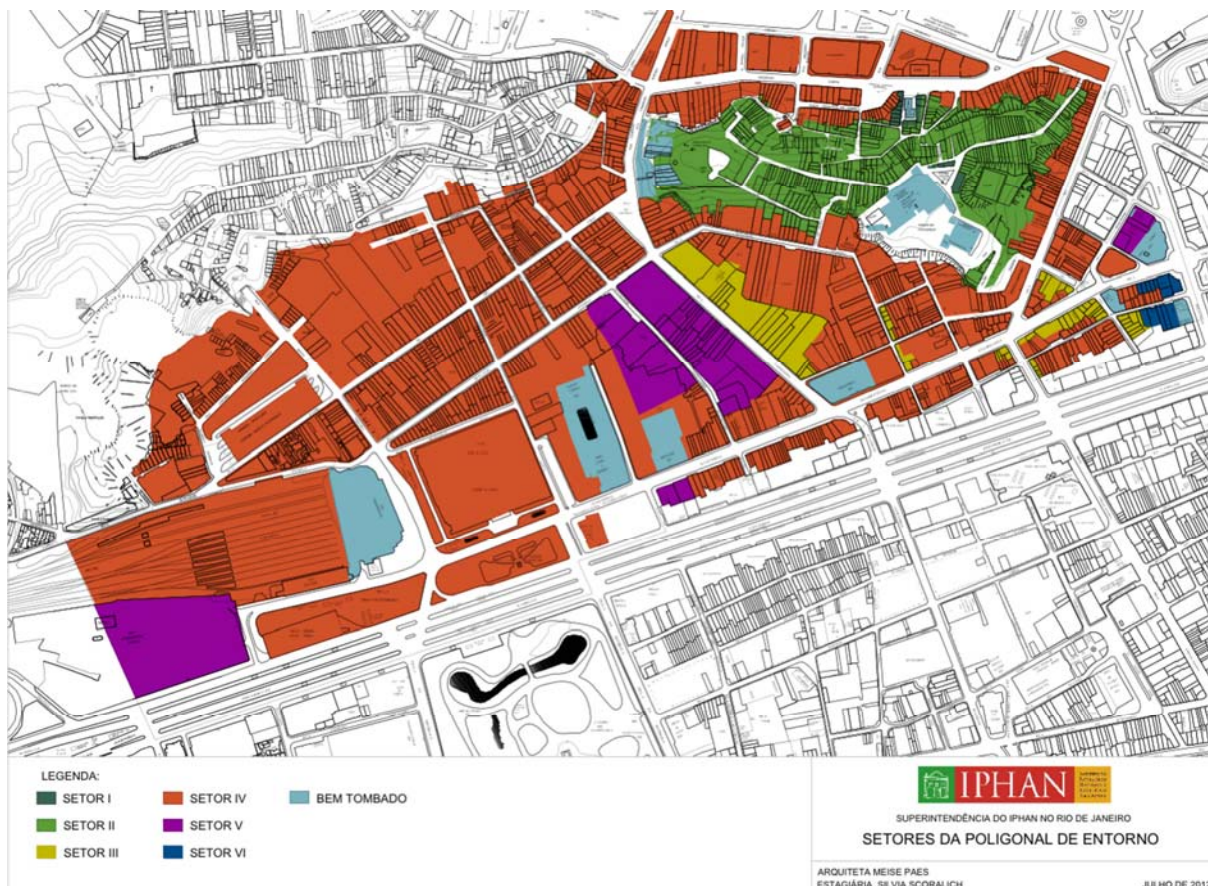


Figura 22 – Mapa da Portaria IPHAN 135/2013. Fonte: Iphan,2013.

²² Sobre a inserção da “demanda social”, ver Gauthier (2005).



Figura 23 – Trecho mais alto da Ladeira João Homem. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.



Figura 24 – Acréscimo vertical, Ladeira do João Homem. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016.



Figura 25 – Acréscimo vertical, Ladeira do João Homem. Autor/Fonte: C.Gallois, 2016

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar ambientes e tecidos urbanos conforme propõem Caniggia/Maffei, temos que ser mais “biólogos” e menos críticos de arte²³. Tratar-se-ia de ver a cidade e sua transformação como a linguística admite as línguas com suas variações e transformações diacrônicas e diatópicas.

Nossa interpretação da teoria de Caniggia/Maffei levanta a complexidade e a relatividade daqueles critérios usuais da conservação, como, por exemplo: “original”/“descaracterizado”, “adequado”/“irregular”, dentre outros. Tais parâmetros precisam ser recontextualizados e ressignificados. O que, por outro lado, não significa, de modo algum, a negação da necessidade de critérios de conservação. Todos sabem dos desafios do campo da preservação no Brasil.

Entretanto, são primordiais novos modos de olhar o ambiente, de forma a operacionalizar

²³ E mais antropólogos e sociólogos também.

uma leitura que permita abordá-lo pela morfogênese e derivar das “leis” seus processos de transformação. Portanto, longe de se conceber que a gestão da conservação deva “congelar” conjuntos urbanos ou entornos de bens tombados, como já discutia Lynch (1975), consideramos que as atividades de conservação ganham se se questionar o caráter reducionista/vago dos critérios e atributos usuais (gabarito, volumetria, tradicional, original, contemporâneo, etc.). Desta forma, tomamos consciência da subjetividade e de padrões estéticos implícitos e que há processos tipológicos em curso.

Além disso, a leitura das pré-existências se funda na compreensão de que o processo tipológico é fruto da consciência/produção coletiva, sendo movido por demandas sociais. Portanto, trata-se aqui, também, de indicar a necessidade de se pensar em morfologia urbana com vistas a um planejamento da conservação para/pelo/junto com a coletividade. Para tanto, é crucial a inserção da variável sociológica na atividade de conservação e nos estudos de morfologia urbana²⁴.

BIBLIOGRAFIA

Arnaut, Jurema Kopke Eis. “Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: SPHAN, n.19, 1984 (pp. 97-111).

Arruda, Mariana Strauch. *Revitalização do Morro da Conceição – Fronteiras e Identidade*. Trabalho Final de Graduação, EAU/UFF, 2001.

Barreiros, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro - Ensaio - 1565-1965*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.

Caniggia, Gianfranco, Maffei, Gian Luigi. *Tipologia de la Edificacion. Estructura del espacio antropico*. Barcelona: Celeste Ediciones, 1995.

Cardoso, Elisabeth Dezouart; Vaz, Lilian Fessler; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mauro; Pechman, Roberto Moses. *História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

Gauthier, Pierre. “Conceptualizing the social construction of urban and architectural forms through the typological process”. In *Urban Morphology* (2005), 9(2) 83-93. International Seminar on Urban Form, ISUF, 2005.

Iphan. Portaria Iphan 135/2013.

Iphan; Una Arquitetura Ltda. *Dossiês - Levantamento dos aspectos morfológicos de natureza arquitetônica e urbanística do Morro da Conceição, Centro, Rio de Janeiro*. (ref. Contrato 38/2009). Fonte: Arquivo SE/IPHAN-RJ. Rio de Janeiro: Iphan, 2010.

²⁴ Ver proposta de Gauthier (2005).

- Lynch, Kevin. *De que tiempo es este lugar? Por una nueva definición del ambiente*. Colección Arquitectura e Crítica. Barcelona: Gustavo Gili, 1975, 285 p.
- Motta, Lia; Thompson, Analucia. *Entorno de Bens Tombados*. Série Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.
- Pereira Costa, Staël de Alvarenga et ali. "The Conceptual Basis of the Italian School of Urban Morphology and its application to a case study in Brazil". Roma:ISUF, 2015.
- Pessoa, José. "Os vazios nos centros históricos". In: *Anais XIENA*. Salvador: UFBA/ANPUR, 2004.
- Rapoport, Amos. "Spatial organization and the built environment". In: INGOLD, Tim (Ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London, NY: Routledge, 1994, pp. 460-502.
- Secretaria Municipal de Habitação - SMH. *Novas alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.
- Sigaud, Marcia Frota; Pinho, Claudia Maria Madureira de. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ IPP, 2000.
- Vernez-Moudon, Anne. "Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente". pp.41-49 In: *Revista de Morfologia Urbana*. 2015. Volume 3.1.
- Vianna, Luiz Fernando. *Rio de Janeiro: imagens da aviação nacional - 1916-1923*. Rio de Janeiro: Argumento, 2001.